

EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

Marlene Vaz

Para que uma sociedade exista é preciso que se estabeleça um conjunto de normas. E para que um indivíduo seja aceito como cidadão, deverá cumprir essas normas.

Quando o sistema dessa sociedade estabelece as normas, deverá também dar direitos aos cidadãos para que eles possam cumprir as normas estabelecidas, isto é, os cidadãos têm deveres a cumprir, mas também têm direitos.

Isto é o ideal de uma sociedade. Contudo, não é assim que acontece na realidade. Quando esse sistema estabelece as normas, já prever, desde o início, que nem todos os indivíduos receberão direitos, ou seja, nem todos terão direitos a ter direitos. Assim, se o indivíduo não recebe direitos, como poderá cumprir deveres? E o que é mais grave, esse mesmo sistema, como se não bastasse, exclui da sociedade as pessoas que esse mesmo sistema não dá direitos para cumprir as normas. Daí chamarmos a população de baixa renda ou os pobres de excluídos.

Muitas dessas pessoas excluídas, isto é, que não têm direitos, se afastam das normas. É o caso das pessoas adultas que trocam o sexo por dinheiro ou bens, que praticam a prostituição. Em relação às normas, essas pessoas prostitutas fazem um movimento horizontal, se deslocam, afastando-se das normas. Não passam por cima das normas, isto é, não transgridem as normas. Desta forma, se as pessoas adultas prostitutas se afastam das normas e não ultrapassam as normas, a prostituição não é crime. Crime, previsto no Código Penal Brasileiro, é a prática de quem explora a prostituição ou os exploradores, porque fazem o movimento de passar por cima das normas, de transgredir as normas.

Provavelmente vocês argumentarão dizendo que nem todo mundo que é excluído ou que é pobre se prostitui. Concordo, só que as pessoas não são todas iguais, algumas são mais fortes, outras mais fracas diante de situações difíceis. Cada pessoa, portanto, diante de uma situação especialmente difícil, como por exemplo, ter fome e não ter o que comer, reage de acordo com suas características individuais. Além disso, uma pessoa adulta tem o direito de fazer sua opção de vida.

Acrescento também que nas pesquisas que realizei com meninas na prática da prostituição, tive oportunidade de conversar com muitas prostitutas adultas. Todas elas, contando suas vidas, revelaram que começaram a prática da prostituição quando eram menores de idade e que eram muito pobres.

Mesmo se concordássemos que uma pessoa adulta tem o direito de fazer suas escolhas e que as mulheres e os homens que se prostituem poderiam ter feito outra opção, pergunto: Uma criança ou uma adolescente tem condições, está preparada, amadurecida para fazer opções? Certamente vocês concordarão comigo e dirão que não. Desta forma, uma criança ou uma adolescente quando entra na prática da prostituição não se afasta da norma; ao contrário, é afastada, é empurrada para longe das normas, pelas condições especialmente difíceis. Portanto, não são prostitutas, foram prostituídas.

Assim, conceituei essas meninas e meninos como prostituídos e prostituídas, quando realizei para o CEDECA Bahia, com o apoio do UNICEF, em 1994, uma pesquisa chamada “Meninas de Salvador”. No mesmo ano realizei a pesquisa “Meninas de Aracaju”, entrevistando 66 meninas, trabalho proposto pelo Governo do Estado de Sergipe, também com o apoio do UNICEF. Essas publicações poderão ser pesquisadas nos arquivos dessas instituições.

Nas pesquisas foi delineado o perfil dessas meninas (idade, naturalidade, cor, educação, saúde, gênero, rendimento, etc.); análise das relações sociais com pessoas e instituições; identificação das redes de prostituição.

Naquela ocasião também perguntei as pessoas adultas, das diversas classes sociais, o que era prostituição e elas respondiam: “Coitadinhas dessas meninas, mas a causa disso é a pobreza, porém, se chamar qualquer uma delas para ir lá em casa lavar um banheiro, lavar prato, cozinhar, nenhuma quer ir, porque estão viciadas nessa vidinha.”

As pessoas só oferecem a essas meninas o trabalho doméstico, nenhuma opção de frequentar a escola e de receber educação profissionalizante. Trocar a rotina e o desgaste do trabalho doméstico, pela prática da prostituição, é considerar que essas meninas sejam burras. A prática do sexo pode ser exitante, quando o mesmo não ocorre com o trabalho doméstico.

Em 1996 realizei, com o apoio do UNICEF, um levantamento nacional nas capitais onde o problema da exploração sexual é mais grave. Denominei esse estudo de “A Situação do Abuso Sexual e da Prostituição de Crianças e Adolescentes no Brasil”. Nesse trabalho caracterizei a exploração sexual comercial de acordo com a cultura das Regiões, bem como das capitais do Brasil; identifiquei as causas desse problema, bem como alguns mitos construídos para reforçar a impunidade desse fato social.

Identifiquei como causas da exploração sexual comercial: o empobrecimento das famílias; o abuso sexual presente nas relações de violência familiar e da vizinhança; as diferenciações de papéis de gênero, educando o menino para ser o caçador e a menina para ser a caça; a hierarquia de poder etário; a ilusão da cultura masculina procurando prolongar o envelhecimento buscando parceiras cada vez mais jovens; a categoria raça, no norte e nordeste, cultuando o mito da sexualidade através de meninas negras e mestiças, e a questão da etnia no sul do país, onde o marketing incide nas filhas dos imigrantes europeus; o antagonismo da mídia, parceira no combate à violência e ao mesmo tempo vendendo o corpo da criança e do adolescente como o mais caro dos produtos; a ditadura do gozo dos anos 90, segundo a psicanalista Rita Kehl, quando os adultos transferem a responsabilidade do gozo erótico que, eles não podem cumprir, para as crianças e os adolescentes.

Sobre isso, ressalto que programas de televisão, eventos escolares e festas familiares que exibem crianças e adolescentes em danças eróticas não constituem movimentos espontâneos da população infanto-juvenil, mas a representação do imaginário *pedófilo* desta sociedade. As meninas e os meninos estão sendo excitados para uma sexualidade a qual não estão prontos para responder, inclusive em programas de televisão destinados às crianças.

Alguns mitos têm sido construídos em torno do abuso sexual e da exploração sexual comercial. O primeiro de que a menina é culpada de ser abusada ou explorada sexualmente, porque veste saia curta, mostra-se sedutora e “homem é homem”. Ao aplicar a técnica de pesquisa antropológica sobre o mapeamento do corpo, verifiquei que quanto mais insegura, mais a menina mostra-se sedutora, porque aprendeu com a mídia que o seu corpo é poderoso.

Recorda-se que um Ministro do Supremo Tribunal, em 1996, promoveu à senhora uma menina de 12 anos, alegando que uma menina de 12 anos, hoje, já sabe tudo sobre sexo. Rebate-se que, mesmo que uma menina se despisse e se insinuasse sexualmente, caberia ao adulto dizer não, estabelecendo o limite entre o seu corpo e o corpo de uma criança e de um adolescente.

Outro mito é de que educação sexual incita para despertar a sexualidade; trata-se de um preconceito da Idade Média, quando médicos da Cidade de Éfeso afirmavam que os meninos não deveriam receber informações sobre a sexualidade, de maneira a não despertar a *energia venérea*. Ao contrário, sabe-se que a educação sexual constitui o caminho para o desenvolvimento de uma sexualidade sadia. Contudo, os professores somente estarão aptos para exercer essa missão, após trabalharem o conhecimento de sua própria sexualidade.

Alguns afirmam que não combatem a exploração sexual comercial e sim a entrada precoce da menina no mercado de trabalho. Este mito fragmenta a composição do corpo da menina, isto é, o corpo biológico, o psicológico e o social. Se considerarmos apenas a erradicação deste tipo de trabalho, neste caso estaremos considerando apenas um desses corpos, isto é, o corpo social, porque trabalho é uma invenção da sociedade. Seguramente, não obteremos sucesso no atendimento enquanto não soubermos consolidar estes três corpos, ou ainda, como sugerem alguns, que se trabalhe também o corpo espiritual.

Pelo exposto, acentuamos os desafios deste enfrentamento, não me cansando de retomar um tema que corre o risco sair de moda dos estudos, da imprensa e das ações, mas não “*corre o risco*” de acabar o problema, pois pouco foi alterado, até agora, no visual das capitais brasileiras e nos municípios do interior dos estados. Sugiro que sejam colocados nos projetos:

1º A disseminação do Sistema de Prevenção Contra a Exploração Sexual, considerando que não se pode apagar uma situação de violência consumada, mas de minimizar o dano causado;

2º Se a questão política partidária e os programas de administração municipal viabilizam ou não a municipalização desse sistema de Prevenção, não prevenção à sexualidade, mas o estabelecimento de estratégias de controle para evitar a violência sexual, à exemplo do projeto para meninas adolescentes da ONG Coletivo Mulher Vida, sediada em Olinda, uma história de sucesso, apoiada pelo Unicef e outras organizações internacionais, e que atualmente vem assinando convênios com prefeituras de Pernambuco, assessorando o sistema de prevenção municipal;

3º A introdução das informações sobre sexualidade nas escolas, mas realçando a capacitação adequada dos professores e não se recomendando a instituição de uma única disciplina nem que o tema seja confinado no estudo da biologia, perpetuando o mito da sexualidade reduzida apenas à reprodução; lembro que a sexualidade sadia constitui uma fonte de prazer, um meio de tornar as pessoas felizes, quando na fase adequada; assim, o assunto deve perpassar por todas as disciplinas; por que não se tornar a Matemática erótica e o Português uma disciplina sedutora?

4º Políticas públicas de atendimento psicoterapêutico aos agressores, lembrando que não se deve vigiar apenas para punir, mas socializar abusadores, exploradores e clientes;

5º Além de conscientizar a sociedade para a mobilização, explicitar como seria o encaminhamento para a punição de casos exemplares, de modo a desmantelar a cultura da impunidade.

Para vocês adolescentes, que estão pesquisando sobre este assunto, tenho a pretensão desejar que, após esta leitura, vocês nunca mais sejam os mesmos quando pensarem ou conversarem sobre esse problema social do nosso país.

As idéias aqui apresentadas são de inteira responsabilidade do autor